

## **As sete vidas do casuísmo**

*Medidas recentes mostram que o governo continua sem uma política industrial coerente*

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

A deterioração dos resultados da balança comercial nos últimos meses tem justificado reiteradas incitações na imprensa para que o governo defina e institua uma política industrial. Fica claro que existem concepções muito diferentes, e mesmo conflitantes, do que seja “política industrial”. Muitas dessas incitações não são mais do que rudimentares lobbies em favor de aumento da proteção à indústria doméstica competitiva com importações. São bem mais raras as pressões pela definição de uma política industrial viável e equilibrada, baseada em instrumentos internacionalmente aceitos e aplicados horizontalmente, isto é, sem escolha discricionária de vencedores por parte da burocracia.

Se é possível retirar lições do processo de formulação e instituição da “política industrial” nos últimos 20 anos, o que se verifica é a lamentável falta de pontaria da burocracia estatal ao escolher os setores que se beneficiariam de subsídios creditícios e fiscais, bem como de reservas de mercado de todo o tipo. Mas a burocracia se renova e, ao que parece, as novas gerações sempre acham que têm melhor visão estratégica que seus predecessores. Ao mesmo tempo, seguem demonstrando preocupação muito limitada com os interesses dos que pagam a conta, contribuintes ou consumidores.

Medidas recentes revelam que o governo continua sem uma política industrial coerente e, de fato, cada vez mais volta ao passado, em meio a evocações do “modelo jusceliniano”, reabrindo guichês que se supunham fechados em nome da modernidade, da equidade e até mesmo da compostura. A própria saraivada de medidas pontuais dificulta a sua avaliação. Calcula-se que mudanças de política afetaram cerca de 80% das alíneas tarifárias básicas estabelecidas no programa de desgravação cujo estabelecimento foi completado em 1993. Com tantas mudanças é difícil estabelecer relações de causa e efeito e avaliar decisões.

O casuísmo da “política industrial” fica claro no episódio recente dos ex-tarifários, embora as decisões tenham sido obscurecidas pelo clima de autocongratulação que tomou conta do governo. Os ex-tarifários tomaram importância no início da década de 90 ao permitir que fossem zeradas as tarifas incidentes sobre bens de capital não produzidos no País. Parecia fazer pouco sentido onerar o custo do investimento quando a indústria instalada no País não podia produzir os bens demandados. A longa história de utilização do conceito de similar nacional já havia mostrado a grande margem de subjetividade na aplicação de conceitos relacionados à avaliação da capacidade de produzir. A posição inicial do governo, no início do ano, de simplesmente eliminar os ex-tarifários e livrar-se de um instrumento altamente discricionário parecia fazer sentido, embora onerasse o custo de investimento. Mas logo em seguida ficou claro o que se pretendia em matéria de “política industrial”.

Embora os equipamentos devam pagar tarifa plena, o regime de concessão de isenções continuaria a existir, inicialmente no caso de componentes para equipamentos de telecomunicações e agora para outros setores. Ou seja, o regime discricionário continua só que

com tarifas sobre bens de capital mais altas. Os ex-tarifários foram promovidos de vilões a “instrumentos de modernização”. No caso específico das telecomunicações, enquanto no passado recente as compras de equipamentos se beneficiavam de tarifa zero, agora esses equipamentos serão produzidos no País protegidos por uma tarifa próxima aos 20% e os fabricantes poderão, em muitos casos, importar seus componentes com isenção tarifária. A tarifa efetiva deverá andar aí pelos 50%/60%, muito acima da média da indústria.

Além disso, os bancos públicos estão financiando a instalação dessas novas linhas de produção em condições mais favoráveis do que nos setores considerados pela burocracia como “não-estratégicos”. Esses custos adicionais vão refletir-se nas contas telefônicas futuras e afetar a competitividade brasileira nos mercados internacionais. Embora o governo tivesse desmentido a generalização do regime automotivo ultra protecionista, a política para o setor de telecomunicações tem muitas de suas características. O adensamento dos equívocos parece inexorável.

O próprio discurso presidencial sobre política industrial não parece totalmente coerente. O presidente teria sublinhado o seu compromisso com uma política industrial sem os subsídios do passado, mas, ao mesmo tempo, ressaltado a importância do crédito público a juros baixos. Se o governo toma dinheiro a 20% ao ano e empresta a 8% o que o ocorre é o racionamento do crédito público e sua distribuição com base em critérios discricionários, favorecendo determinados setores em benefício de outros. Poucos imaginariam melhor definição de subsídio.

O presidente tem toda a razão de sublinhar a importância de uma política de juros baixos. Esse novo regime deve resultar de um desempenho muito melhor em relação às contas públicas e de uma recuperação sustentada da capacidade de poupança. Não há acrobacia que mude o nome desse jogo. O Brasil será submetido no futuro próximo a grandes pressões para que aprofunde suas políticas de liberalização, incluindo a comercial. Será importante ter políticas industriais e comerciais racionais e de aplicação horizontal para assegurar credibilidade nessas negociações. No entanto, parece estar havendo um retrocesso nostálgico. O que realmente é difícil de aceitar é que um governo que tem grandes dificuldades em apurar o real déficit comercial do País se sinta à vontade ao mesmo tempo, a despeito das lições da história, para persistir com a estratégia de escolher perdedores e vencedores.

\* Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.